

## Executivo confirma fraude em operação do Postalis

Por Rafael Bittencourt | De Brasília

A existência de fraudes nas operações de investimentos do fundo de pensão dos Correios, o Postalis, foi admitida ontem em depoimento do presidente para a América Latina e CEO no Brasil do BNY Mellon, Eduardo Adriano Koelle. Durante sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos fundos de pensão, o principal executivo do banco americano no país afirmou que a compra de títulos argentinos e venezuelanos beneficiou o ex-presidente do fundo, Alexej Predtechensky.

A aquisição de títulos externos de países com dificuldades financeiras, incluindo a aquisição de papéis da estatal da venezuelana PDVSA, é apontada como uma das razões para que o Postalis viesse a acumular uma dívida correspondente a boa parte do seu valor patrimonial. Segundo dados apurados pelos integrantes da CPI, o fundo dos trabalhadores da estatal contabilizou o rombo financeiro da ordem de R\$ 6,3 bilhões.

Durante o depoimento, Kaelle afirmou que a participação do ex-presidente do Postalis no esquema

fraudulento foi registrada nos relatórios da SEC, órgão americano que corresponde à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "Pelo que está no relatório da SEC, os recursos majorados foram desviados para uma empresa brasileira chamada Spectra que, segundo relatório da SEC, pertencia ao presidente, na época, do Postalis", afirmou.

O executivo ressaltou que, no caso dos papéis venezuelanos, os documentos sob a custódia do BNY foram adulterados de maneira grosseira, com uso corretivo comum em lista de material escolar. "Isso ocorreu à revelia do BNY, com o firme propósito de enganar o administrador. E foram adulterados com 'Liquid Paper'. Papéis emitidos por instituições de primeira linha foram adulterados na sua precificação", disse Koelle sobre as irregularidades que teriam contado com a participação do ex-presidente do Postalis.

Há um ano e dez meses à frente da instituição financeira, Koelle afirmou que já tomou todas as providências possíveis para corrigir as irregularidades nos contratos firmados com o Postalis. "Quando entrei na instituição e me deparei com esse caso, mergulhei no assunto profundamente. Contratei os advogados para que

fizéssemos a uma apuração do caso, porque isso se tornou um litígio. Tudo isso me foi colocado pelo advogado, com o relatório da SEC, pois, até então, não tinha conhecimento de Fabrizio Neves ou da Atlântica. Foi aí que eu soube que ocorreu uma fraude nos papéis", afirmou o executivo, ao mencionar o dono da gestora Atlântica que realmente teria responsabilidade sobre parte das operações ilegais no exterior.

Logo no início da sessão da CPI, o executivo garantiu que o banco americano "não vai ser furto de sua responsabilidade" em caso de comprovação de que houve má gestão ou gestão temerária sobre os investimentos malsucedidos do fundo de pensão dos funcionários dos Correios. "Se decidido for pela Justiça que o banco errou e de fato tem a responsabilidade, ele não vai se furto dela", afirmou o executivo. Ele destacou que "repudia" a informação de que o banco atuou de maneira ilegal ou irresponsável.

Durante boa parte da sessão da CPI, o presidente da BNY Mellon afirmou que a responsabilidade sobre os investimentos, que levou o Postalis a acumular prejuízos bilionários, recai sobre a Atlântica Administração de Recurso, na condição de gestora.